



"Renunciar á loita polo socialismo é renunciar simultaneamente ao movemento obreiro e á propria democracia" Rosa Luxemburg

# arredista! 21

Movemento Galego ao Socialismo 25 de xullo de 2019





# arredista!

**Número 21**  
25 de xullo de 2019

**Edita**  
Movemento Galego ao Socialismo

**Coordinador**  
Anxo Sánchez

**Deseño e maquetación**  
Rubén Gasalla

**Local nacional**  
Avenida de Castelao, 30 baixo  
15704 Compostela (Galiza)

[www.mgs.gal](http://www.mgs.gal)  
[nacional@mgs.gal](mailto:nacional@mgs.gal)  
[facebook.com/mgsgaliza](http://facebook.com/mgsgaliza)  
[twitter.com/mgsgaliza](http://twitter.com/mgsgaliza)

**Tiraxe**  
2000 exemplares

Permitese a reproducción total  
ou parcial citando a fonte



MOVEMENTO GALEGO AO SOCIALISMO

# EDITORIAL

Esta novo número do 'Arredista!', ademais de cumprir co habitual número que lanzamos o Día da Patria, supón o décimo aniversario na súa edición ininterrompida desde aquel primeiro número en xullo de 2009.

Nesta andaina a nosa vontade foi publicar unha revista para o debate político e a reflexión pausada, a través de artigos e entrevistas co obxectivo de botar luz sobre os temas máis importantes en cada momento ou achegando análises ideolóxicas de fondo.

Nesta edición debullamos a táctica e a estratexia do soberanismo galego, a simbiose entre o fascismo e o capitalismo, o grave problema do xogo e das casas de apostas nas capas populares, o acontecido en Venezuela nos últimos meses, o problema do monocultivo do eucalipto en Galiza e realizamos dúas entrevistas co gallo do conflito co convenio das ambulancias e os 25 anos da CIG.

Pensamos que neste décimo aniversario, é hora de dar un paso máis para vehicular as nosas reflexións. Por iso lanzamos o portal arredista.gal. Nel atoparás de xeito ordenado todos os artigos publicados nos 21 números da revista e outros que viron a luz con anterioridade nouros medios de comunicación dixitais.

Ademais ten vocación de ser un sitio web vivo, con publicacións periódicas que complementarán a edición do Arredista en papel. Boa lectura!

## SUMARIO

- |  |   |                                     |
|--|---|-------------------------------------|
| <b>3</b> SOBERANISMO GALEGO: FORÇA E RAZONS              | <b>6</b> FASCISMO E CAPITAL                                 | <b>8</b> ENTREVISTA: 25 ANOS DA CIG |
| <b>12</b> O SEU NEGÓCIO A NOSSA RUÍNA                    | <b>14</b> FORTALECER O MOVEMENTO FEMINISTA CONTRA O CAPITAL | <b>16</b>                           |
| VENEZUELA: E DEPOIS DAS NEGOCIAÇÕES?                     | <b>18</b> OS EUCALIPTOS E A AUSENCIA DE POLÍTICA FORESTAL   |                                     |
| <b>20</b> ENTREVISTA A YOLANDA VILAVERTE E PABLO TABOADA | <b>22</b> RECOMENDAMOS                                      |                                     |



# SOBERANISMO GALEGO: FORÇA E RAZONS

José E. Vicente

Na greve na FIAT dos anos 80, apareceu um cartaz escrito a mão, acompanhado do desenho do rosto de Marx, com o seguinte texto. "Tínhamos a razão e a força. Fica-nos a razão. Coragem, companheiros".

A anécdota foi narrada por Sergio Cararo, da Rete dei Comunisti, no transcurso dumha reflexom sobre a actualidade do movimento operário na Itália e as dificuldades dumha opçom comunista no século XXI. É razoável suponher, a história confirma-o, que um projecto de revoluçom social necessita capacidade para analisar a sua realidade e orientar o seu movimento, assim como energia para materializar os seus objetivos, e que estas non poden caminhar de forma independente. A separaçom deste circuito entre a teoria e a prática pode levar a duas posicôns tradicionais, o reformismo inócuo que mantém o contacto com as massas, mesmo com certo sucesso eleitoral ou conjuntural, mas de forma reformista, e o sectarismo ensimesmado, ailhado na actuaçom política de consumo interno. Afinal, teoria e prática non poden sobreviver separadas.

Trás umha profunda fase de desnaturalizaçom política no passado, o nosso movimento nacional atopasse numha etapa diferente, o que non implica que dessaparecesem notórias continuidades com o passado. Mas non avonda proceder com certa "compulsom de repetição", confundir a luta ideológica com a prolongaçom da inercia do passado e finalmente confiar numha eventual e progressiva recuperacaçom eleitoral do BNG como principal expressom política do soberanismo. Devemos perguntar-nos, e iniciar umha reflexom a sério, sobre a nossa capacidade de acertar na definiçom dos riscos da fase na que nos atopamos, de orientar o movimento nacional-popular e de construir as nossas forças.

Nom vivemos na crise revolucionária, mas si existe umha percepçom geral de retrocesso, que implica o recute de direitos laborais, a involuçom nas liberdades, o deterioro do meio ambiente ou o valeiramento dos mecanismos democráticos burgueses, ademais de novas ondas autoritárias. A dia de hoje é difícil afirmar a credibilidade da revoluçom na maior parte dos países do mundo. Mas no nosso país a situação está determinada por um conflito de opressom nacional, no que existe um movimento de liberaçom ainda fraco e mais renuente do que parece á utilização do marxismo como método de análise e transformaçom.

Sinalarei um modesto argumento em favor desta rara tese: a situação do nosso movimento nacional non adoita contextualizar-se em marcos mais amplos (a crise da esquerda na maior parte do mundo, o debilitamento dos partidos operários em Europa occidental) como se fossemos alheios ás contradicôns fundamentais ou como se ignorá-las reafirmasse algumha forma a nossa especificidade ou autoorganizaçom. O novo patrón de acumulação no capitalismo, a hegemonia do capital financeiro, o valeiramento de soberania das democracias liberais, as novas formas de controlo social, as conseqüências materiais e subjetivas da crise de 2008, o carácter do processo de federalização da Uniom Europeia, as profundas modificaçons do hábitat no que se desenvolvem as organizaçons revolucionárias, som questons que non fam parte dumha paisagem foránea, senom condiçons reais que merecem umha análise, umha caracterizaçom e resposta concreta.

A fusom entre nacionalismo e marxismo, que solidifica no contexto histórico e social dos anos 60 trás tímidas experiências de preguerra, ficou relativamente ancorada nalgumhas premisas que mereciam um



*Manifestación SOS Sanidade Pública (Compostela, 2018). Galiza Foto*

4

maior desenvolvimento: forma primeiro repetidas de forma rotineira; adaptadas depois pragmaticamente às necessidades (supostamente) impostas polo cámbio de ciclo político; e finalmente desfiguradas e desnaturalizadas. De facto, parte do soberanismo galego pretende autorrepresentar-se como umha mera continuidade natural do galeguismo de preguerra, obviando a sua posicōm de classe. O resultado deste anacronismo é umha justificaçōm do interclassismo na actuaçōm política no século XXI.

A construçōm dum movemento nacional-popular foi absorvida polo campo de força do institucionalismo e o gradualismo, que confiava na acumulaçōm de forças a partir da participaçōm no jogo político autonómico. A noçōm do "projeto comum" que acolhia a todo o nacionalismo, desde o impossível centro "progressista" ao comunismo, nom foi submetida a um exame rigoroso sobre o programa, implícito ou explícito, que implicava. Certas palavras de ordem eludiam a crítica ao sugerir que a questom naiconal eclipsa sine die e automaticamente qualche contradiçōm, e permite a convivênciā perdurable entre forças com riscos de orientaçōm revolucionária e as de orientaçōm abertamente reformista.

É certo que a maioria do espaço nacionalista tem no anti-imperialismo um sinal distintivo de identidade, cumha posicōm de rexeitamento con-

tinuado tanto às agressōns como às alianças imperialistas (OTAN, UE). Nom obstante, nom se profundiza na definiçōm do imperialismo como a fasse seródia e reaccionária do capitalismo, o que em realidade converte a luta anti-imperialista em indissociável da anticapitalista. Isto permete manter umha posicōm de compromisso que denúncia a vertente militar e agressiva das suas principias potências, nomeadamente dos Estados Unidos e protege as premissas de partida (superaçōm da UE, por exemplo) sem os temidos custos dumha orientaçōm abertamente antisistémica.

Neste contexto, o BNG viveu nos últimos anos umha forte convulsōm política que debilitou a organizaçōm e o projecto. Mas também invocrou elementos de debate e reflexo que levaron a umha reorientaçōm estratégica, pendente de se desplegar e integrar coerentemente, mas que assenta umhas condiçōns mínimas para encetar a recuperacōm, profundizaçōm e actualizaçōm do projecto histórico do soberanismo galego.

Entre outros aspectos políticos, ideológicos e organizativos aprovados nas últimas assembleias nacionais podemos mencionar que se vincula claramente o nacionalismo galego às classes populares, que este é definido como um complejo movemento político e social, que prioriza a mobilizaçōm e a organizaçōm social como métodos para aca-



dar a hegemonia social, e que afirma o objectivo explícito de promover transformações revolucionárias que nem som integráveis nem assimiláveis polo régime español. A maioria da militância descartou por agora umha redefiniçom mais avançada, na dimensom independen-tista e anticapitalista, mas os acordos dotam-nos dumhas razons valiosas que devemos transformar em força real nos próximos anos.

A dialéctica política pode agora marcar-se outros objetivos, vinculados à precisom e acerto na redefiniçom da estrategia, no aumento da conflitividade, na ampliaçom da base social soberanista, no maior contacto e identificaçom com as aspirações mais importantes do povo. Se bem a linha actual parece ainda insuficiente para avançar no enfrontamento com o Estado e a superaçom do imperialismo, estes acordos podem chegar a superar-se cualitativamente, sempre desde a coesom interna.

Um argumento recorrente e contrário a estes teses explica a necessidade de adaptar o “discurso” em base às considerações tácticas que partem da negativa correlaçom de forças. Justificá-se numha excepcionalidade que em realidade é constante, já que o movemento de liberaçom nacional sempre actuou num contexto de feble conciênci-a nacional, em condições piores às actuais e mesmo heroicas, graças à entrega de sectores minoritários. O tacticismo, latente ou manifesto, parte desta condiçom real de debilidade para afirmar que o povo “nem está preparado” para compreender o discurso nacionalista sem rebairar ou enmascarar os seus objetivos.

Segundo este razonamento, o povo que ainda nem entende as reivindicações nacionais remataria por “prepararse” ao se exponher menos a eles, e avalar a experiência de gestom como alternativa política. É mesmo um chisco perverso defender que o povo avançará cara ao nacionalismo graças a posições que o afastam del, com demandas mí-nimas e parciais e pola autolimitaçom consciente dos únicos sectores que si tenhem conciênci-a nacional, explicada e justificada por um derrotismo prévio. Finalmente, a história recente tampouco sinala que o nacionalismo perdesse apoio social -que habitualmente é associado à dimensom eleitoral como único termómetro relevante- por percurar objetivos opostos ao sentido comum da maioria da povoação, nem que este debilitamento foi agudo no contexto contrário, o da desnaturalizaçom e homologaçom política.

Ademais, a situação política no Estado mudou radicalmente, se bem também existem valorações diferentes. De jeito algo subterrâneo, per-vivem posições que reclamam a presença de Galiza nalgumha caste de reformulaçom do Estado, mesmo com certa nostálgia da ausência deliberada do nacionalismo galego na fraude da Transição. Esta de-fesa da participaçom na política española acentua-se na estrategia eleitoral em relaçom com o Parlamento español, entendida como meio de acadar novas competências ou investimentos que permitiriam chegar a um melhor ponto de partida para umha eventual nego-ciaçom.

Esta pretensom de reformar o Estado alimenta ilusões renováveis, que ignoram a natureza de classe dos possíveis interlocutores e sobre a oportunidade da via pactista, seja encuberta ou nem com as referências confederais. O debate sobre o futuro do Estado nem pode situar-se entre a reforma e o imobilismo, nem entre a ruptura ou a restauraçom do régime. Sem desconhecer as dificuldades que afronta o independentismo catalán, com o que devemos manter a máxima solidariedade, a nossa actuaçom nem pode nem prever umha derrota anticipada nem condicionar o nosso movemento de liberaçom nacio-nal à vitória da restauraçom. Mesmo dumha perspetiva autonomista seria difícil acadar e justificar um resultado positivo, dada a correlaçom de forças e mesmo a involuçom acentuada, também no teórico reconhezimento da autodeterminaçom, da socialdemocracia de substi-tuiçom repressentada polo Podemos.

Um salto de qualidade na política estatal esigirá modificações na es-trategia. A práctica é o critério da verdade, e a política, a economia e a história demostram que o Estado español é irreformável que a sua ruptura, também em favor da classe trabalhadora e do avanço ao so-cialismo, vén dada pola constituiçom de repúblicas soberanas. A con-clusom deve ser o reforçamento do núcleo da mensagem soberanista, com ênfase na necessidade de acumular forças como povo, enraizada nas lutas populares, ligando a independênci-a com um projeto nacional e de classe, que emprega as instituições sem se entrampar na sua lógica e normas. Que tem agora razons e manhã muita força.

5

**José E. Vicente** é membro da Executiva Nacional do BNG.





# FASCISMO E CAPITAL

**Pepe Maio**

*Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. 100 anos do seu asasinato.*

6

Corría o ano 1933 cando Gueorgui Dimitrov convertía o banco dos acusados do tribunal que o xuzgaba nunha tribuna desde onde desenmascaraba a esencia do fascismo, e destacaba como o capitalismo recurría ao fascismo como último medio para manter o seu dominio de clase. Dimitrov expoñería uns anos mais tarde no VII Congreso da Internacional como o fascismo fora orixinado polas contradiccions do capitalismo e como reacción desesperada ao auxe do movemento obrero e popular así como tamén a propia existencia da Unión Soviética. O dirixente comunista búlgaro non especulaba nen xogaba aos dados. Moi ao contrario, valíase da teoría marxista-leninista para analizar a realidade que lle tocara vivir, unha realidade marcada pola convulsión da crise capitalista dos anos trinta e polo auxe da loita de clases, e onde o nexo de unión entre a fin do capitalismo liberal e o ascenso do fascismo era precisamente a dificultade que encontraba a burguesía de cumplir a función de crear capital a partir do capital. Así, o fascismo sería a vía que faría posibel a restitución das condicóns que salvan ou amortiguan os efectos da crise para unha nova fase de acumulación.

Relevar Dimitrov volve a pormos diante de nós a análise certeira e materialista que fuxe de interpretacóns da realidade onto todo o explica a "psicoloxía de masas", a "comunicación social" e o liderato caudillista.

Faise necesario estudar na actualidade o fenómeno fascista e a irrupción da ultradereita comezando por combater a narrativa que a clase dominante teceu no último medio século, e segundo a cal a desfeita económica que seguiu a primeira guerra mundial simplemente foi aproveitada por iluminados xenocidas sedentos de sangue (Hitler, Franco,...). Ante isto unha gran parte do pobo comprou o discurso e a pobre democracia do libre mercado e da liberdades individuais que-

dou sometida por fascistas e comunistas a partes iguais. Nin por asomo tan siquera alguma análise que vincule o fascismo coa crise capitalista, coa estructura de clases, co saqueo e a rapiña.

Este relato, por pueril e idiotizante que pareza, cumpriu un papel histórico fundamental, xa que pretende por a salvo a clase capitalista e colocar a loita contra a extrema dereita e contra o fascismo porriba da loita de clases. De pouco serve que a evidencia histórica nos amose como durante trinta anos os mesmos que hipócritamente se atribúen o derrocamiento do fascismo en Europa alimentárono no estado español e noutros moitos puntos do planeta durante anos, despois de 1945. Hoxe, en 2019 as cabezas visibeis do sistema que enxendra o monstruo celebran o día-D en Normandía con foto na que só falta o propio Hitler.

## **O capital non está detrás do fascismo. O fascismo é o capital sen carouta.**

E é que o grande Dimitrov sabía xa as claras naquel xuízo polo incendio do Reichstag cal ía ser, ou cal estaba a ser xa, o papel do gran capital no ascenso do nazi-fascismo. Por sorte lémbrao Galeano no seu libro Espellos. Unha historia case universal onde nos resume de forma maxistral o que debería ser un texto de obrigada lectura en escolas e institutos:

"Os amigos de Adolf Hitler teñem mala memoria, mais a aventura nazi non tería sido posibel sen a axuda que deles recibiu. Como os seus colegas Mussolini e Franco, Hitler contou co precoz precoz beneplácito da Igrexa Católica. Hugo Boss vestiu o seu exército. Bertelsmann publicou as obras que instruíron aos seus oficiais. Os seus avións voabam grazas ao combustíbel da Standard Oil [hoje Exxon e Chevron], os seus soldados viaxaban en camións e jeeps da marca Ford.

Henry Ford, creador deses vehículos e do libro O xudeu internacional, foi a súa musa inspiradora. Hitler agradeceulle todo condecorándoo.



Tamén condecorou ao presidente da IBM, a empresa que fixo posíbel a identificación dos xudeus. A Rockefeller Foundation financiou investigacións raciais e racistas da medicina nazi. Joe Kennedy, pai do presidente, era embaixador dos Estados Unidos en Londres, porén más parecía embaixador da Alemaña. E Prescott Bush, pai e avó de presidentes, foi colaborador de Fritz Thyssen, que puxo a súa fortuna a disposición de Hitler.

O Deutsche Bank financiou a construcción do campo de concentración de Auschwitz. O consorcio IGFarben, o xigante da industria química, que despois pasou chamarse Bayer, Basf ou Hoechst, usaba como ratos de laboratorio aos prisioneiros dos campos, e ademais usábaos como man de obra. Estes operarios escravos producían de todo, incluído o gas que ía matalos.

Os prisioneiros traballaban tamén para outras empresas, como Krupp, Thyssen, Siemens, Varsita, Bosch, Daimler Benz, Volkswagen e BMW, que eran a base económica dos delirios Nazis.

Os bancos suizos ganaron diñeiro a esgalla comprando a Hitler o ouro de súas vítimas: as súas xoias e os seus dentes. A Coca-cola inventou a Fanta para o mercado alemán en plena guerra. Nese período, tamén Unilever, Westinghouse e General Electric multiplicaron alí os seus investimentos e as súas ganancias. Cando a guerra rematou, a empresa ITT recibiu unha millonaria indemnización porque os bombardeos aliados danaran as súas fábricas na Alemaña".

### **A constante apologia do fascismo por parte da democracia burguesa.**

De todas as formas de apoloxya do fascismo que sufrimos a diario a mais recorrente, por ser posiblemente a que mellor branquea o fascismo, é aquela que consiste en equiparar o fascismo co seu antagonista principal, nomeadamente o comunismo.

Deste xeito, a maquinaria de propaganda do capital inverte ríos de tinta e horas de debates ben pagados coa pretensión de inocular a idea de que quen combateu e derrotou no campo de batalla o nazi-fascismo no século vinte, lonxe de ser acreedores de mérito e recoñecemento, aniña no seu interior unha perversidade que é perfectamente comparable a do inimigo derrotado. En definitiva, o fascismo en Europa e no estado español foi un mal necesario para pararle os pes aos bolcheviques.

Así pois, os setenta anos que van desde que a bandeira comunista ondeara no Reichstag, foron setenta anos non que socialdemócratas e liberais construíron o discurso dos "extremos que se tocan", xogando co concepto dos "totalitarismos" e utilizando os mesmos métodos que a propaganda anticomunista hitleriana ou franquista. O obxectivo é claro: deslindar o fascismo da democracia burguesa, presentar a extrema dereita como fenómeno alleo ao capitalismo liberal e por suposto borrar da historia a proeza das e dos comunistas no combate contra a barbarie fascista.

### **A España eterna, que vai morrendo.**

Se o compoñente clasista é básico para comprender a esencia do fascismo, non menos importante para quen sufrimos a existencia de España como estado unitario, é entender o carácter imperial e chovista do fascismo á española. A España nin "roja" nin rota, pero en todo caso antes "roja" que rota vai no ADN da burguesía española e constitúe a natureza mesma do capitalismo español, que o inoculou perfectamente nas distintas opcións políticas españolas das que VOX é apenas unha anécdota grotesca. Deste xeito, España é pouco mais que como é coñecido o proxecto de acumulación capitalista da burguesía madrileña (con aliados ocasionais) nos últimos dous séculos, polo que en combater os procesos de liberación nacional de Galiza, Euskal Herria e Catalunya vaille a vida, e non dubidará en empuñar o fascismo se periga a súa hexemonía do "una, grande y libre". Así o fixo nos anos trinta, así o mantivo durante o franquismo e así o intenta perpetuar co réxime do 78. Aprendamos.

7

**Pepe Maio** é secretario comarcal da CIG de Compostela.





**A CIG vén de cumplir vinte e cinco anos. Mais a orixe do proxecto sindicalista, a partir do SOG (Sindicato Obrero Galego) e despois coa ING, vén de moito antes. Como se dá o paso a unha única central sindical de clase e soberanista?**

**Anxo Nozeda:** Convén salientar, con efecto, que estamos a falar de vinte e cinco anos da Confederación Intersindical Galega. Pero se falamos da CIG como Converxencia Intersindical Galega, como coalición electoral sindical, a orixe é anterior: vén das eleccións do ano 1990.

Partimos dunha situación en que o sindicalismo nacionalista viña de romper na INTG e a CXTG. Naquel momento, esa ruptura significara unha "debilidade sindical" no sentido da representatividade -non na actuación sindical, nin na capacidade de mobilización- que continuaba a ser moi importante mesmo por separado. Nese momento, o risco de perder a caracterización de central sindical máis representativa, por esa división, era importante. O traballo cara á unificación, comezando polo proceso de converxencia, significou un esforzo importante para salvar as diferenzas que uns anos antes provocaran unha ruptura bastante traumática, e para iso houbo que pór en primeiro lugar as coincidencias, cun obxectivo claro: crear unha central sindical de clase, polo tanto de esquerdas, e soberanista, á hora de garantir a defensa dos traballadores e traballadoras do país. Con todo, o proceso non estivo exento de tensións. En particular na primeira fase, na de converxencia. Inclusive cando se crea a CIG actual, o 19 de marzo de 1994, e xa se superaran algunas das trabas. Aínda así, a primeira andaina, até o seguinte congreso ordinario, continuou mostrando dificultades á hora de ensamblar na práctica as diferentes estruturas. Viñamos de estruturas completamente distintas, no sentido de as federacións constituídas na CXTG e na INTG eran distintas, como tamén a estrutura territorial. Eses axustes quedaron definidos no congreso extraordinario de 1994, mais para os levar a cabo fixo falta tempo. Por exemplo, na comarca de Compostela a unificación práctica non se deu até tres anos despois, e cohabitaban dúas centrais sindicais diferentes malia se teren unificado oficialmente. E este tipo de dificultades tamén se deu noutras estruturas até o Congreso de 1997, que é o que marca o inicio do traballo como unha única central sindical a todos os niveis. A partir de aí, a valoración do camiño que se ten andado non pode ser máis que positiva.

8

# 25 ANOS DA CIG

**A CIG fai vinte e cinco anos de loita organizada como ferramenta indispensable da clase traballadora galega. Falamos con Lucía Freire e con Anxo Nozeda, membros da súa Executiva Confederal da situación actual e dos retos para o futuro.**

**Unha boa parte das persoas que viviron ese longo proceso continúa hoxe no sindicato. Continúa a haber diferenzas?**

**Lucía Freire:** A risco de explicalo de maneira moi xeral, a percepción de dous sindicatos non se dá xa, cando menos do meu punto de vista, e moito menos entre as persoas que nos sumamos ao proxecto posteriormente e que o continúan a facer. Agora, é evidente que hai -dixamos- diferentes "culturas sindicais", que se constatan nas diferentes correntes sindicais que hoxe funcionan internamente na central sindical. Dalguna maneira, si que as poderíamos considerar herdeiras das culturas sindicais, ainda cando nas diferentes correntes haxa persoas que proveñen tanto da INTG como da CXTG. Mais isto é completamente diferente de que se perciban dinámicas diverxentes.

**As correntes sindicais, polo que comentades, teñen un peso evidente malia seren estruturas moi descoñecidas entre a afiliación. Ese peso é positivo ou atrapalla o funcionamento da CIG?**

**LF:** Non só na CIG, como tamén de maneira xenérica: en organizacións tan grandes -na CIG estamos a falar de por volta de 70.000 persoas que pagan cota, quer dicir, afiliados e afiliadas reais, non fichas- as correntes son inherentes e inevitábeis. Van existir sempre. Podemos tapar os ollos e xogar a que non existen, pero sería negar a evidencia. Ademais, as correntes internas son sempre positivas dentro dos marcos estatutarios, e fan que unha estrutura tan grande como a CIG sexa más real, que estea más colada ao que se move nas súas bases. Con



9

respecto a eses marcos, a esas normas, é evidente que hai algunas que eu gostaría de modificar, e para iso haberá que gañar votacións nos procesos congresuais, que para iso se fan: para definir a liña político-sindical, para definir a estrutura e todo o funcionamento, de maneira democrática.

**AN:** Como di Lucía, negar a realidade non fai sentido. E, peor aínda, facérmolo si que dificultaría o funcionamento da CIG. Porque, doutro modo, como se podería regular o feito de que un número de afiliados e afiliadas da central sindical se reúnan e adopten posicións a respecto de cal é a liña político-sindical que queren promover (sempre, obviamente, dentro do marco do que está definido estatutariamente) ou cales son as mudanzas que observan que se deben levar a cabo? Se o negásemos acabaríamos inviabilizando as organizacións ou caendo no fraccionalismo. O máis lóxico é recoñecermos a realidade e dámoslle espazo para que traballe a favor do proxecto colectivo.

Outra cousa é confundir ese recoñecemento e ese espazo co que ás veces acontece de airear de maneira propositada algunas discrepancias. Isto, por desgraza, ten acontecido e ten danado a CIG, neste caso, aínda que se debe asociar más a persoas a título individual do que a unha corrente ou correntes en concreto. O respecto aos marcos é o que fai andar o proxecto.

**Un tema bastante recorrente a respecto das organizacións sindicais é o do seu grao de independencia. Hai quien considere que a CIG como correia de transmisión dos partidos políticos soberanistas. Que hai que decir ao respecto?**

**LF:** Hai unha cousa evidente: se a central sindical se define ideoloxicamente como soberanista e de esquerdas, entón as súas coincidencias van ser con aquelas organizacións políticas que se moven nese espectro político. Dificilmente vai poder a CIG coincidir co Partido Popular, que non é nacionalista, nin de esquerda, nin moi meno so-





**En organizacións tan grandes as correntes son inherentes e inevitábeis. Van existir sempre. Podemos tapar os ollos e xogar a que non existen, pero sería negar a evidencia.**

beranista. O mesmo acontece co PSOE e co resto de partidos españois. Outra cousa é que haxa quen pretenda confundir a coincidencia coa dependencia, e cales son os intereses que hai por tras diso, que polo xeral son contrarios ao modelo de sindicalismo da CIG. O que a experiencia demostra é que a CIG é unha organización tan capaz de confrontar con gobernos do PP como con gobernos que diríamos, a priori, más coincidentes, e a experiencia do bipartito está aí como mostra. E, en momentos puntuais, tamén houbo coincidencias con partidos que non son do campo soberanista. Puntuais e concretas, mais están aí.

**AN:** Por outra parte, é curioso que apenas se fale de correas de transmisión das centrais sindicais a respecto de partidos políticos, e que nunca se fale dun partido político como correa de transmisión dun emporio empresarial. É curioso, cando, de facto, está más acreditado: velaí as portas xiratorias. Quer dicir: persoas moi significadas do Partido Popular e do PSOE, fundamentalmente, entran e saen dos consellos de administración das grandes empresas, de multinacionais, e o poder non parece que teña problema con isto.

Asúmese como parte do "xogo democrático". Agora, eu parto da idea de que todos os individuos facemos política, inclusive aqueles que din que non fan política. E, ao facelo, transmitimos as nosas posicións en todos os espazos nos que estamos, sexa na central sindical, na asociación de veciños ou no club deportivo das nosas crianzas. Logo, se non nos illamos, é normal que persoas dun proxecto sindical se encontren nun proxecto partidario e á inversa. Significa iso dependencia? De ningunha maneira.

**Vinte e cinco anos despois dunha central sindical unificada, cal é a situación actual da CIG?**

**LF:** Cos números na man, somos a primeira força sindical en Galiza, tanto en representatividade como en afiliación -como foi dito- e, actualmente, a estrutura social máis grande do país, e tamén a que concentra maior capacidade mobilizadora, sen dúbida. Pero non só: un tema importante que non se acostuma dicir é que nos órganos de dirección, de maneira paralela a todo este proceso de crecemento estructural e social, a muller gañou moita presenza. Non hai más que comparar as fotografías dos primeiros consellos confederais cos ac-



tuais, ou das primeiras executivas, nas que Manola Arias aparecía como única muller. Hoxe hai un terzo de mulleres na executiva confederal, o que está lonxe de ser suficiente, mais está no camiño certo e avanzando. Por outra parte, está a percepción: tampouco hai dúbida de que o modelo sindical da CIG é percibido como moi combativo e moi capaz. A xente chega aos locais ou fala connosco nas empresas e sempre acaba saíndo a frase: "vós sodes os que dades leña". Isto fai que persoas que están moi lonxe ideolóxicamente dos principios basilares da CIG acudan a nós cando enfrentan problemas serios no seu posto de traballo. Pero tamén nos leva, ligando co que estabamos a comentar antes, a decatármornos de que unha parte importante da nosa afiliación non partilla a nosa aposta soberanista ou claramente de esquerdas. E aí temos un problema. É evidente que neste punto os números non son tan bos.

**AN:** Coincido plenamente. E diría que non é só un problema de clarificación a respecto da percepción social, senón mesmo internamente. É preciso afondar na formación político-sindical, e non só técnica, dos cadros da central sindical así como na medida do posibel do conxunto da afiliación. É unha eiva detectada hai tempo e xa se está a traballar nisto. Penso, sinceramente, que o futuro da central sindical vainos niso. Por que? Porque, na maior parte das ocasións, a xente achégase á CIG porque é unha之力 combativa. Por que somos "os que damos leña". Mais ningúén se pregunta por que é así. E aquí hai que ser claros: se a actuación da CIG é a que é, é por ser unha之力 soberanista e de clase. E isto convén clarificalo. Hai que ter en conta que moitos dos conflitos que temos no día a día teñen a ver coa situación de dependencia do país. Nós entendemos este país como un país empobrecido: non pobre, senón empobrecido. Mais se non o entendésemos así, esas situacións serían entendidas como normais, e non dariamos esa leña. É o que lles pasa a CC.OO. e UGT, que non teñen a consideración do país como tal. Polo tanto, se hai conflitos que non vas abordar, xa estás a deixar a combatividade. E, por outro lado, obviamente, se non tes unha concepción de clase, se non tes unha posición como mínimo socialista — para non falar xa de marxismo-leninismo — tamén acabarás normalizando a situación e prescindindo da resposta. Polo tanto, o que hai que transmitir aos compañeiros e compañeiras que se incorporan á central sindical é xustamente isto: a CIG é o que é porque ten as bases ideolóxicas que ten. Vivimos nunha época de

enorme retroceso no político. Primeiro dixéronnos aquilo da morte das ideoloxías. Despois aqueloutro máis moderno de non ser de dereitas nin de esquerdas. E agora isto de "vostede fique na casa dando ao botonciño do computador que isto xa o arranxo eu". E a evidencia está aí, más unha vez: as cousas só se solucionan cando hai masa social para forzar mudanzas. De maneira que, malia a enorme consolidación da CIG en números, necesitamos consolidar todo iso na percepción social e na formación das liberadas e das afiliadas.

### **E cales son as perspectivas, tendo en conta isto todo, para os vindeiros anos?**

**LF:** Como estamos a dicir, hai que perfeccionar o funcionamento interno. Hai xa un encaixe bo, e os resultados están aí para demostrarlo, mais nunha obra desta envergadura hai sempre que mellorar as dinámicas. Porque hai un risco potencial, que é o de continuarmos a medrar sen termos unha estrutura capaz de soportar todo ese peso. E non me refiro só á estrutura cuantitativa, mais ao que comentaba Anxo agora dunha clarificación ideolóxica e de principios permanente, en particular nas direccións dos diferentes órganos internos. Para iso, como se dixo, estamos a facer un esforzo formativo redobrado: non só para saber a mellor maneira de enfrentar este ou aquel tipo de conflito concreto, senón tamén para ter moi claro cal é o noso proxecto político-sindical.

11

**AN:** Somos unha central sindical perfectamente consolidada, cun futuro enorme e con enormes posibilidades de continuar alargando a base e a mobilizacións social. Mais a formación e a clarificación é esencial para ese futuro porque, ademais, ao estarmos rexidos pola LOLA, a CIG non pode discriminar filiacións por motivos ideolóxicos ou de militancia. E iso chocha de algúns modo coas bases ideolóxicas. Somos conscientes de que entre esas 70 mil afiliadas e afiliados hai persoas vinculadas ao BNG, pero tamén ás hai con vínculos a outras organizacións políticas. Significa iso que nós temos que renunciar a explicar ao conxunto da filiación a idea de que se existimos e facemos o que facemos é polos nosos principios? Todo o contrario! Sería convertérmonos nun xigante con pés de barro, más áinda nun contexto como o que vivimos de regresión política e de aburrimiento da política, do sindicalismo e das opcións colectivas.





# O SEU NEGÓCIO, A NOSSA RUÍNA

**Élia Lago**

12

Nos últimos meses, as novas sobre a proliferação das casas de apostas aparecem quase ao mesmo ritmo ao que aparecem os locais que acolhem esta nova forma de jogo. O que ao começo ia estendendo-se freneticamente pelos nossos bairros sem sermos realmente cientes do que vinha, atualmente conta com um notável rejeitamento por parte da população. A publicidade intensa e agressiva protagonizada pelas caras mais famosas dos programas mais inofensivos; as cifras alarmantes; a ameaça que se percebe em que estes locais estejam perto de lugares de concentração de jovens como colégios ou liceus ou a incerteza e desamparo que provoca em pais que nem haja até o momento nem um tipo de controle, som alguns dos fatores que provocam que se identifique a multiplicação destes estabelecimentos como uma praga que atenta diretamente contra o presente e futuro de grandes sectores da nossa sociedade, nomeadamente as jovens.

Nom é casual que o perfil de consumidor deste tipo de negócios seja o de homens, moços principalmente (a média caiu até os 38 anos), sem ingressos estáveis que acodem ao local de apostas que temem ao lado da casa, em bairros obreiros. Grupos de risco que, na procura de obter ingressos de jeito aparentemente fácil, podem acabar por desenvolver alguma patologia de tipo ludopata. Mas os estímulos visuais e sonoros nem sempre os únicos elementos que procuram manter a nossa atenção posta nas máquinas; também o oferecimento de comida e bebida -alcoólica- de balde pretende que nem necessitemos mover-nos da cadeira. Sem dúvida, uma aliança entre os piores vícios que o capital reservou para a nossa classe. É por isso que nem sempre é fácil comparar com o fenômeno das drogas noutras épocas históricas e contra o que tanto lutaram as famílias. Trinta anos depois, temos que recolher a raiva com a se chantavam nas casas dos culpáveis para sinalar novamente quem se lucra aproveitando o destroço de boa parte de uma geração; porque as conse-

quências som, tempo depois, as mesmas: marginalidade, ruína, delinquência, degradação.

Sabemos que a única escapatória que temos a este jogo macabro é instalarmo-nos num sistema completamente distinto, onde as nossas vidas tenham uma importância central. Mas, no entanto procuramos construir essa alternativa, temos que pôr fim ao desangramento da nossa mocidade. É por isso que desde Isca! lançámos uma campanha nacional continuada de visibilização da problemática que supõem as casas de apostas e a sua publicidade massiva, e apresentamos uma série de propostas para frear o avanço de enfermidades relacionadas com o vício do jogo. Podemos entender que a novidade permitisse a instalação e multiplicação destes estabelecimentos dum jeito intenso, ao nem se atoparem com nem um tipo de oposição legal, mas as medidas impostas pelas instituições deveriam ser igual de velozes. Outros estados temem restringido a publicidade destas empresas ou, noutros casos, proibido por completo estes locais e dispõe pontos de reabilitação específica para pessoas afetadas. No nosso caso, exigimos frear a extensão de locais de jogo, a proibição da sua prejudicial publicidade e o incremento das contribuições às apostas. O objetivo é lograr que nem uma moça mais tenha que recorrer aos jogos de azar para obter ingressos económicos. O que necessitamos agora mesmo som uns empregos dignos que nos assegurem teto, pão e estudos.

Estas exigências, para poderem ser aplicadas pelas instituições competentes, devem ser expostas para a massa social, e nesse labor estamos trabalhando vários espaços no país. Evidenciar o perigo e expor todas as alternativas de ócio que temos à margem do modelo que promove o capitalismo é também tarefa nossa. Para lograr uma resposta contundente por parte das gerações, nem devemos permitir que a situação vá a pior; devemos pôr todas as energias em sinalar as



casas de apostas como expressom do que o capital quer para nós. E isso significa luitar contra o potente marketing do que se recobrem para serem atrativas, contra os interesses que empresários tenhem postos na nossa precarizaçom e contra todo um sistema construído para se manter em pé. Até que nos organizemos para o derrubar.

Nestes últimos meses temos coberto de cartazes e faixas tendas, tabuleiros de liceus e faculdades, bares e outros estabelecimentos, com a legenda de "Casas de apostas fora. Com o nosso futuro nom se joga", com dados sobre o impacto que começam a ter sobre a populaçom. Mas também temos feito ações contra os estabelecimentos, porque queremos que deixem de existir nos nossos bairros. A saída que temos diante deste problema é, como sempre, coletiva. Para que nom caia umha moça mais na trampa do jogo devemos eliminar das nossas vidas a ameaça das apostas, presentes em locais de jogo e nos bares onde acodimos a diário. A melhor arma que temos é conscientizar-nos, nom só neste caso mas em todos os aspectos em que o capitalismo envolve as nossas vidas até as asfixiar. As casas de apostas som um exemplo evidente do roubo do nosso futuro, mas há muitos

outros que passam por normais graças à capacidade deste sistema de mostrar-se como amável. Seguimos a ter um problema com a preseña das drogas nos nossos âmbitos de lazer; mas quem lança campanhas procurando que as jovens se desenganchem deste mal é quem se lucra muitas das vezes desta dependênci. O seu negócio é a nossa ruína.

Nós, como pessoas críticas que procuramos um futuro melhor para todas, devemos ter presentes as experiências históricas para que nom nos ganhem novamente a batalha. Umha mudança nas nossas dinâmicas pessoais, com a oportunidade de estabelecer as nossas vidas sem ameaças, só pode vir da mao dumha mudança radical da nossa realidade. Urge-nos experimentar a tranquilidade de nom ter problemas associados à nossa economia, a realizaçom de podermos decidir sem condicionantes que futuro queremos para nós e as geraçons que venham, a emancipaçom de todos os seres humanos do mundo. Abaixo as casas de apostas. Abaixo o capitalismo.

**Élia Lago** é membro da Mesa Nacional de Iscal.

13

Fotograma dun vídeo da campaña de Iscal "O seu negocio, a nosa ruína."

**Na Galiza, o 34% dos ludópatas  
comezaron a xogar antes dos 18 anos.**

**Afecta xa a un 30,9% dos menores  
de 35 anos.**

**A media de idade dos adictos ao xogo  
baixou dos 50 anos ós 37.**



# FORTALECER O MOVEMENTO FEMINISTA CONTRA O CAPITAL

## Erea Blanco

Novamente, este ano o Día Internacional da Muller Traballadora, 8 de marzo, foi un marco na loita feminista mundial, e seguen a ser innumerábeis os desafíos que nos colocan ás mulleres como un dos principais eixos de resistencia contra o avanxo do conservadorismo e neoliberalismo en Galiza e no mundo.

14

A heranza do franquismo, as medidas de retroceso nos gobernos (tanto no Estado Español como na Xunta de Galiza) profundizan diariamente na vida das mulleres, e é preciso confrontármolas desde unha perspectiva de clase que nos faga combater o capital e as súas medidas contra a soberanía das nosas vidas, dos nosos corpos.

En toda Galiza, as mulleres saíron ás rúas contra os retrocesos impostos polos gobernos, somos as nais, traballadoras, estudiantes e cabezas de familia as que perdemos cada día os nosos dereitos e temos as nosas vidas condenadas á precariedade.

É polas nosas condicións polas que convocamos unha folga de mulleres, construída por e desde as bases, construída coas nosas problemáticas. Asentamos uns mínimos cos que comezar a traballar para facermos reclamacións, como mulleres galegas, para non estarmos condenadas. Artellamos unha folga desde as bases, desde os barrios, desde a soberanía; unha folga que nos acollese a todas nós: de coiddados, laboral, estudiantil e de consumo. Unha folga que demostra que se as mulleres paran, para o mundo.

Nunha grande parte do territorio galego as mulleres dos movementos sociais, feministas, sindicais e populares auto-organizámonos baixo Galegas 8M, desde aquí artellamos as manifestacións masivas do feminismo, de mulleres organizadas e en loita. A preparación do 8 de

marzo precisou de todas nós, de reunións, de voandeiras, de ensaios da batucada, de producirmos autonomamente cartaces e faixas. Para finalmente xuntármonos todas o 3 de marzo en Lugo e termos mobilizáções autónomas por todo o País o 8 de Marzo baixo o lema Por todas as mulleres, por todos os dereitos: Revolta feminista!.

Con batucadas, berros, bandeiras, faixas, cartaces e moita resistencia ateigamos as rúas das nosas vilas e cidades para enfrentar o proxecto ultraliberal e conservador dos gobernos que gobernan para as minorías e profundizan nas desigualdades. A loita diaria contra o machismo, o racismo, a lgbtifobia, o confrontamento ao capitalismo vai gañar as rúas para berrar que non queremos esa política de retrocesos, de precarización e de inxustiza social.

Desde o feminismo, mobilizámonos contra o machismo, contra o colonialismo e contra calquera reacción sistémica que se exprese no aumento da violencia. A violencia ordena este modelo capitalista de dominación e por iso é precisa a forza das mulleres de todas as partes do mundo para combatela, usando as nosas voces para denunciar a violencia e os feminicidios, e poñendo no centro do debate o confrontamento á violencia en todas as súas dimensións.

O momento histórico exixe a intensificación da nosa resistencia, feminista e de clase, o afortalamiento das nosas alianzas e a construcción dun movemento forte como estratexia para confrontar a forza do sistema capitalista.

Estamos mobilizadas, construíndo métodos de resposta e alternativas, defendendo e construíndo soberanías, afortalando un campo popular e anticapitalista no feminismo. Seguimos na construcción dun proceso



Galiza Foto

de organización permanente e irreversíbel, un movemento baseado na solidariedade e en accións comúns, revolucionario, soberanista, que sexa capaz de reunir forzas para confrontar co capitalismo.

A diario denunciamos e resistimos ao contexto político mundial, marcado polos acordos do libre comercio, que nos empobrecen cada vez máis. Denunciamos a apropiación, mercantilización e privatización do saber, da terra, da saúde, da educación e do resto de bens que agudizan a explotación do traballo e perpetúan o ciclo de pobreza.

As mulleres denunciamos tamén o aumento da militarización, a criminalización dos movementos sociais, as políticas de destrucción e a entrega dos nosos recursos naturais ao capital estranxeiro.

Contra a violencia patriarcal, as mulleres saímos ás rúas pola autonomía, a xustiza e a liberdade. Denunciamos o conservadorismo de quen quere censurar o pensamento crítico, de quen quere controlar o noso corpo e sexualidade, o 8 de marzo foi un día para traer á nosa memoria a de tantas mulleres que foron asasinadas pola violencia do patriarcado e do capital.

Agora toca pór sobre a mesa a realidade das demandas históricas do feminismo, para vermos a necesidade das demandas de clase, toca ver como as "melloras" que se produciron baixo o capitalismo non son

garantía de nada: a participación no mercado laboral non garantiu a independencia económica prometida, os roles de xénero perpetúanse tamén no emprego, a fenda salarial e a conciliación colaboran para que se abarete a man de obra das mulleres.

Facer da clase un piar fundamental do movemento feminista ao que aspiramos é un dos grandes retos a conseguir nun futuro próximo. Para nós é impensábel buscar unha saída individualista que se desligue dunha estratexia de auto-organización feminista, e tanto maior é a convivencia entre os diversos feminismos más se agudizan as diferenzas e contradicións, que, malia representarse de moitos xeitos nos diferentes debates, parten desta cuestión de fondo: o feminismo que camiña cara un horizonte que supere o sistema capi-

talista e o que non.

Semella complicado artellar un movemento feminista de masas con esta forza a longo prazo, xa que o sistema pode asumir certas contradicións que transformará nunhas medidas de purplewashing político, que pretenderá calmar as nosas reclamacións, para así seguir perpetuando este sistema de opresión e desmobilizar o movemento. É a nosa responsabilidade agora, aproveitar este momento político, para afortalar un movemento feminista que non se poida diluír sen que se perpetúe o cambio ao que aspiramos: a destrución do sistema capitalista e a construcción dun novo sistema que transforme as nosas vidas, o socialismo.

"As masas son o elemento decisivo, son o piar sobre o que se construirá a vitoria final da revolución". Rosa Luxemburgo

**Erea Blanco** é militante da Marcha Mundial das Mulleres.



# VENEZUELA: E DEPOIS DAS NEGOCIAÇÕES?

**Óscar Valadares**

16

Este 12 de Julho, o governo bolivariano da Venezuela e a oposição, que não o reconhece e que em Janeiro se atribuiu um presidente à medida, anunciaram a instalação de negociações permanentes em Barbados para acabar com a crise que atravessa o país. O mediador, por certo, irá ser a Noruega, que desde Maio acolheu reuniões introdutórias, e não um Estado espanhol que sempre presumiu de civilizador de selvagens e de panca capaz de fazer valer a sua influência geopolítica na região quando fosse necessário.

As negociações, de qualquer forma, estão a correr sem grande publicidade, por dous motivos. Em primeiro lugar, por acordo específico entre as partes. O Presidente Maduro pediu, com efeito, «paciência estratégica» tanto aos negociadores do governo como ao povo. E, em segundo lugar, mas talvez de maneira mais importante, pola falta de entusiasmo de uma imprensa internacional que, bebendo do relato elaborado polos experts estado-unidenses, há apenas uns meses manuseava com entusiasmo a ideia de uma iminente invasão militar do país por forças estrangeiras para depor o Presidente Nicolás Maduro como fosse. Afinal, a grande intervenção militar internacional a ser lançada desde a Colômbia nunca se verificou, embora as simulações e os ataques de falsa bandeira que rapidamente foram desmontados como simples provocações; como tampouco se verificou aquela história de que toda a comunidade internacional estava a dar as costas ao governo legítimo da Venezuela.

Mesmo assim, a maioria das notas publicadas a respeito desta nova situação preferem ver nela, sem surpresa, uma amostra a debilidade de um «regime» que, de outro modo, segundo se nos informa, nunca

aceitaria sentar à mesa. No entanto, continuam a apresentar a Venezuela como um cúmulo de desastres agravados por um governo autoritário que deve ser despejado, tanto faz se as causas são sabotagens de instalações eléctricas, sanções, bloqueio ou o roubo sistemático das reservas nacionais de ouro em bancos estrangeiros. Ora, o que a maioria de meios internacionais estão a obviar é que a ideia de uma mesa de diálogo já tinha sido lançada pelo próprio Nicolás Maduro apenas uma semana antes, embora os chamados ao derrocamento do chefe do Estado e ao magnicídio por parte das oposições. E não se trata de um lapso fortuito, mas de uma omissão adrede para continuar a mostrar a oposição como o único elemento móbil de uma cena congelada.

Já para quem olhar sem os lentes da ambição desmedida, o que verdadeiramente significam estas negociações é que os promotores da aventura golpista, a muitos quilómetros de Caracas, se depararam com que o seu plano inicial estava errado. Por outras palavras, que mediram mal as suas forças, que a Revolução está muito melhor assentada do que tinham calculado (sobretudo no campo militar, onde não se produziram as anunciadas deserções em massa), e que o apoio popular real à oposição não tinha nada a ver com o que os seus meios estavam a apregoar polo mundo adiante. Em resumo: que tudo obriga a realizar ajustes táticos que exigem tempo para serem efetivados.

No entanto, esse passo do tempo tem feito abrolhar de novo as diferenças de fundo entre as diferentes oposições, que decidiram deixar à margem as suas guerras internas quando a perspectiva passava por um rápido golpe militar, mas que agora têm regressado às suas dis-



Nathalie Sayago - EFE

putas por emergir como principais beneficiários da operação para liquidar a Revolução. O que significa, pola sua vez, que o liderado do autoproclamado Juan Guaidó é muito mais fraco do calculado, não só no plano popular, como também entre quem alegadamente o suporta. Portanto, o episódio das negociações não parece ser, em rigor, substancialmente diferente de outras estratégias da burguesia e do grande capital venezuelano para tombar a Revolução desde a morte de Hugo Chávez em 2013. É só lembrar os episódios de violência e os chamados a um golpe de Estado em 2013 e 2014, a chamada «agenda dos seis meses» em 2015, o jogo de abandonos do cargo por parte da oposição em 2016, as guarimbas em 2017 ou a criação de uma parainstitucionalidade em 2018 que culminou com a autoproclamação de Guaidó no início de 2019.

A pergunta, nesta situação, não é tanto sobre o modo como estão a correr essas negociações em Barbados em meio ao silêncio dos participantes, mas sobre o que virá depois. Porque uma cousa é que na superfície da política institucional se estejam a celebrar reuniões, e outra bem diferente é que, por esse motivo, os poderes económicos e militares dos Estados Unidos, a verdadeira alavanca de todo o terremoto político venezuelano, tenham rebaixado a sua agenda de guerra económica, diplomática e informativa. Isto não aconteceu, nem é previsível que venha a acontecer da mão de John Bolton ou Elliott

Abrams. Nem tampouco por parte da União Europeia, cujo vindouro chefe diplomático será Josep Borrell, um dos cargos que mais puxou polas sanções ocidentais contra Caracas como ministro espanhol de relações exteriores. Para amostra, é só olhar o informe de Michelle Bachelet, ex-presidenta «progressista» do Chile e atualmente Alta Comissionada das Nações Unidas para os Direitos Humanos, denunciado por parcialidade ao omitir a violência golpista alentada pola oposição e apresentar o governo de Maduro como único responsável pola crise. A continuidade é tão evidente, apesar de que esta nova fase se revista da decência de umas negociações com mediadores, que, mesmo que finalmente os encontros de Barbados acabem com algum tipo de anistia ou com um adianto eleitoral, possibilidades que foram avançadas polo presidente da ANC, Diosdado Cabello — mesmo assim —, nada garante o fim da crise se o chavismo consegue impor-se novamente. Ademais, estão programadas para Abril de 2020 mais umas eleições legislativas, que sem dúvida irão tensionar novamente a situação com uma Assembleia Nacional declarada em desacato polos tribunais de justiça e na que apenas permanece a oposição e uma Assembleia Nacional Constituinte que essa mesma oposição se nega a reconhecer até ao momento.

17

**Oscar Valadares** é porta-voz nacional de Mar de Lumes.



# OS EUCALIPTOS E A AUSENCIA DE POLÍTICA FORESTAL

**Uxío Atán**

18

Comeza o verán e con el comezarán as noticias dos incendios que asolagan o país, unha historia que se repite e non parece ter fin. Ano tras ano o fume cobre os nosos ceos e evidénciase por tanto un gran problema nacional: a mala ou nula xestión do noso monte.

O problema da política forestal galega, verdadeiramente, é a súa inexistencia. A estratexia que ensaiá Europa co plan de acción europeo ou co movemento Forest Europe non ten un correlato práctico. No noso país marcáronse, sen éxito, obxectivos para camiñar cara unha xestión do monte que transcedese a mera política contra incendios implementada actualmente e que, por outra parte, se demostra completamente insuficiente ata no seu propósito máis inmediato.

O novo plan forestal só constata o fracaso do documento de 1992: a previsión que se manexaba entón era que no ano 2035 a superficie de plantación de eucaliptos non superase as 245.000 hectáreas. Actualmente, 16 anos antes do esperado, a superficie total excede esa cifra en más do dobre. Á Xunta aínda non lle debe parecer suficiente, en tanto que no novo texto se contempla aumentala noutras 35.000 hectáreas máis.

Por outra banda, seguimos carecendo dun catálogo de frondosas na Galiza ou dunha ordenación do monte sostible e, á vez que se abandona a posibilidade de crear unha certificación forestal propia, fómennase a expansión de especies invasoras e incluso se avanza na idea da explotar hábitats protexidos e prioritarios. A paisaxe reflicte a acción humana: se nun momento determinado o monte puido ser un complemento económico para as familias, hoxe en día está exclusivamente orientado ao servizo dunha industria que, en función dos seus interese, promove a destrución total da nosa biodiversidade impulsando grandes monocultivos sen ningún tipo de ordenación.

A Xunta do PP é perfectamente consciente do efecto nocivo destas prácticas e segue ignorando as demandas do pobo galego e das asociacións ecoloxistas, xogando, sen ningún tipo de pudor, á desinformación e rendéndolle tributo, coma sempre, á empresa privada. Non podemos esquecer, ademais, que o 50% das cortas de madeira no estado español saen da Galiza, aínda que as industrias de transformación que xeran valor engadido se atopen noutras zonas do estado, reflexando unha vez máis, o colonialismo ao que nos vemos sometidas.

O panorama é desolador, aínda que a situación é reversible se aplicamos unha política de país, centrada no noso benestar e na riqueza do solo. Os partidos estatais e as súas sucursais galegas, en absoluto preocupadas da nosa propia realidade, impulsaron a desertización pobraacional no noso agro, convertendo os montes en espazos cada vez menos rendibles. Expúlsannos da terra e evitan deseñar unha política forestal propia adaptada aos nosos intereses e necesidades. Como consecuencia, verán a verán, dispárase cada vez máis o risco de incendios pero, lonxe de poñer punto e final a este drama continuado, a Xunta estende o monocultivo pirófito. Como é sabido, o eucalipto é capaz de sobrevivir a un incendio porque ten a capacidade de volver agromar, mentres que os nosos carballos, os castiñeiro, as aciñeiras, as sobreiras... se converten en cinza. Alén diso, e sen entrarmos nos diferentes períodos de crecimiento de cada especie e na dificultade que supón recuperar os espazos verdes, a folla do eucalipto impide o nacemento doutras plantas, convertendo o terreo nun ermo.

Se a administración estivese interesada na recuperación do noso monte botaría a andar unha política de ordenación e xestión deste tipo de plantacións, coutando a súa presenza, fomentando a plantación de



especies autóctonas e deseñando plans de prevención durante os meses de baixo risco, entre moitas outras alternativas que se levan propondo ao longo dos últimos anos por parte de asociacións ecoloxistas, como a utilización sostible do chan, destinando espazos, por exemplo, ao cultivo micolóxico.

Consideramos que o problema non reside tanto na especie, como na xestión que se fai dela: o monocultivo, a introducción masiva, o incumprimento da normativa, etc. Cómpre incidir en que o bosque autóctono axuda a reducir e frear os lumes forestais tecendo unha alternativa máis segura e máis respectuosa co medio ambiente.

Tamén é necesario promover investigacións que indaguen nas posibilidades do noso solo e que contribúan a mellorar a situación ecolóxica e económica do país. Resulta canto menos sospitoso que os pequenos propietarios de extensións eucaliptizadas sexan coñecedores da posibilidade de plantar especies como o *Eucalyptus nitens*, máis resistente ás xeadas, alí onde non prospera o *Eucalyptus globulus*, máis atractivo para a industria, pero que, pola contra, non sexan informados das experiencias reais que xa están a funcionar con especies alternativas ao eucalipto e coas mesmas e ata maiores taxas de rendibilidade.

Outro problema de base para o noso sector forestal é a ausencia dunha industria que promova o aproveitamentos de especies autóctonas ou doutras que, polo menos, teñan menores custos ambientais. É importante valorarmos que actualmente é complexa a eliminación total desta especie, en tanto que está moi ligada ao sector forestal e a parte da poboación rural. Non obstante, debemos focalizar os nosos

esforzos na sensibilización e na concienciación sobre a posibilidade real de mudar este modelo.

En definitiva, a verdadeira problemática arredor desta cuestión é a malfunción desta especie no territorio, de xeito completamente indiscriminado, favorecendo o peto da industria forestal coa total connivencia da administración pública. Debemos sentar as bases para facermos outro monte racionalizado, restrinxir as plantacións de eucaliptos exclusivamente alí onde non fose posible levar adiante un aproveitamento do chan con especies autóctonas ou con menor impacto ambiental e que, ao mesmo tempo, permita mantermos unha industria sostible, con valor engadido, que contribúa a asentar poboación.

Despois de todo, consideramos superado o debate sobre os efectos nocivos do eucalipto. Agora é urgente pasar á fase da acción: deixemos de agardar a que os sucesivos desgobosnos tomen a iniciativa que nos gustaría e sigamos promovendo accións e medidas que procuren unha xestión sostible dos nosos montes. Impidamos a normalización destas situacions que resultan catastróficas e contribuamos a impulsar un cambio político que, dunha vez por todas, lle dea unha resposta firme ás nosas demandas.

19

**Uxío Atán** é enxeñeiro forestal.

Equipo de brigadistas en Vilamarín (2018)





# YOLANDA VILAVERDE E PABLO TABOADA

**Este ano o sector das ambulancias protagonizou unha exitosa folga polas condicións de traballo. Como se xestou a acumulación de forzas para chegar ese punto?**

**Pablo Taboada.** As ambulancias son de xestión pública, da Consellería de Sanidade e o SERGAS, e sen embargo sempre estiveron privatizadas e históricamente nunha situación de absoluto abandono, tanto nas condicións do servizo como nas laborais, más propias da economía sumexida. Iso, inicialmente non favoreceu a organización dos traballadores e traballadoras e permitía os abusos, que a administración coñecía e amparaba. Moi pouco a pouco foise construíndo unha masa crítica que tirou do carro durante anos pero que era insuficiente aínda para reverter a situación xeral.

20

Foi no último concurso, no ano 2015, cando se lle entregou máis da metade dos lotes a unha empresa de Valladolid, ligada ao Partido Popular, en que moita xente colleu conciencia e se organizou na CIG ante o que viña. Ese foi o detonante principal das loitas e folgas dos últimos anos.

**Yoli Vilaverde.** Si, esta empresa e outras autóctonas coas que se xuntou en UTEs ían precarizar aínda máis as condicións laborais, pero agora dunha maneira máis “profesional” e sistematizada. Declaradamente viñan a Galiza como quen vai ao terceiro mundo a extraer recursos. O que menos importaba era o servizo público e moi meno as nosas condicións laborais. A súa oferta económica era moi máis baixa do prezo real e iso evidentemente ía sair do noso lombo.

Pouco a pouco foron incorporándose moitos compañeiros e compañeiras e logo dun ano de ducias de asambleas e mobilizacións conseguimos que Ambuibérica e outras empresas más pequenas se viran obrigadas a cumplir o convenio, o que de repente supuxo traballar menos horas, cobrar máis e sobretodo a contratación de moita xente nova.

Yoli é axudante na ambulancia do 061 da Silva en Cerceda e Pablo é conductor na de Lalín. Ambos son delegados da CIG e veñen participando desde hai anos nas loitas do sector para mellorar as condicións de traballo, tradicionalmente tan precarizado a pesar de ser un servizo público.



A consecuencia foi que as empresas ao ter que cumplir o convenio e ter ofertado moito menos para quedar co concurso, non quixeron sentarse e así botáramos máis de tres anos sen negociación do convenio, o que rematou por unir o sector e desembocou nas folgas de 2019.

**Ademais das empresas, o papel da administración foi moi importante no deseño deste sector. Até que punto iso favoreceu ou perxudicou a vosa loita?**

**YV.** Inicialmente no sector nen había consciencia de ser un servizo público. Tal vez si no traballo que facemos pero non na consideración. E diría que tampouco mairitariamente nos diversos colectivos da sanidade pública galega se nos valoraba como tais, senón como algo alleo. A propia precariedade e a pouca atención que se lle prestaba facía que o propio sector, en xeral, non se valorase o suficiente, como profesionais e como traballadores e traballadoras que prestamos un servizo público básico. Por outra parte a Xunta sempre presumiu do servizo que se presta e do valorado que está socialmente, máis iso



débese moito más a nós que a unha administración que nos tivo sempre absolutamente fora de foco.

**PT.** É certo, e niso a Xunta e a Consellería teñen unha responsabilidade directa. As privatizacíons son sempre para favorecer os intereses económicos empresariais e saquear o diñeiro público, non para mellorar o servizo e moito menos as condicións de traballo. No laboral é a maneira para excusar a súa responsabilidade sen facerse cargo de garantir uns mínimos nas condicións de traballo e na prestación dun servizo de calidade. Ademais do que xa comentamos sobre as nosa situación nestes anos, os mantementos de ambulancias e equipos de traballo, a situación das bases, dos uniformes, etc foi sempre nefasta e a Xunta sempre foi perfectamente consciente. É parte dese xogo do liberalismo económico.

#### **Acusouse á folga de ser violenta e de deixar sen servizo á xente que necesitaba ambulancias?**

**PT.** Iso non é real e ademais ningúén poderá decir que durante o tempo que durou a folga, que foron varios meses, quedara alguén sen atender. O certo é que os servizos mínimos eran abusivos, do 100% en moitos casos, e pretendían afogar a folga. Tamén presentándoa como un problema de orde público cando en realidade era un problema laboral e de defensa dun servizo público básico querían restarlle apoio social.

**YV.** A criminalización forma parte da propaganda antiobreira que podemos ver en todos os conflitos. O das ambulancias, que foi un conflito duro, sofreu especialmente esa propaganda mais o seu único obxectivo era a desmobilización do sector e para que perdera o apoio social de importantes sectores, que vían nas ambulancias un exemplo máis do desmantelamento da sanidade pública galega. É fundamental non cair nunca nesa trampa.

#### **Como vai afectar o sector das ambulancias o resultado da folga?**

**YV.** Co traballo de varios anos, a presión sindical e a mobilización conseguimos a maior suba económica, cun mínimo do 22 % en toda a vixencia do convenio tendo en conta a suma lineal de todos os conceptos económicos. Pero ademais pon as bases para rematar coa precariade na contratación e a temporalidade. É con diferencia o mellor convenio que nunca tivemos. Mais o principal avance, conseguido nesta loita é que agora estamos en posición de facer que se cumpra.

**Co traballo de varios anos, a presión sindical e a mobilización, conseguimos o mellor convenio colectivo de ambulancias que nunca tivemos,**

”

Quedan algunas áreas sanitarias con moito traballo pendente pero a unidade e a forza demostrada nesta ocasión deixannos nunha situación inmellorable. De nós vai depender que non se estrague ese traballo.

**PT.** É evidente que todo isto só foi posible pola capacidade colectiva e a combatividade demostrada polo sector desde o primeiro día e iso é unha das más importantes leccións. Iso son os elementos fundamentais para que esa forza demostrada na rúa se trasladara á mesa e provocara que nun servizo público, a Consellería de Sanidade fora obrigada a mollarse diretamente na solución do conflito.

O modelo sindical da CIG, hoxe maioritario, sempre defendeu a importancia das assembleas, das decisións colectivas e a implicación dos traballadores e traballadoras. Esa é outra das leccións frente a un sindicalismo moitos menos participativo e de base que na práctica asumía como normal a situación anterior, cando non era cúmplice.

#### **Como vedes agora o futuro do sector?**

**PT.** Pois vai depender de que todo o que fomos construíndo nestes anos e nos permitiu mellorar se consolide e avance. Antes os delegados e delegadas eran quen levaban todo o traballo sindical, máis centrado no día a día. Agora son moitos traballadores e traballadoras na primeira liña.

**YV.** Como di Pablo, a consciencia deste sector aumentou exponencialmente na dinámica do conflito. Queda moito por facer, primeiro para que o convenio se cumpra tamén nalgunhas areas sanitarias de Lugo e Ourense. E despois non hai que esquecar que este é un servizo público privatizado e esa situación é un obxectivo estratégico que non podemos perder tampouco de vista.



## NOVA WEB DE ISCA!

[www.iscagz.org](http://www.iscagz.org)



A organización xuvenil Isca! presentou nova páxina web cun novo formato adaptando o portal a todos os formatos de lectura e consulta de internet. Ademais, inclúe un amplo espazo de formación onde se recollen cadernos escritos e debatidos pola militancia de Isca! e unha tenda online desde a que adquirir de xeito sinxelo o material. Os que seguen intacto son os obxectivos e principios polos que naceu Isca!: dotar á mocidade dun un espazo nitidamente independentista e revolucionario, que combinase acción social, activismo militante e práctica política coherente e desacomplexada.

22

## AO CABO LEIRÍN



Faia Díaz (De Vacas, Coro Encaixe, Apatacón) vén de sacar este seu primeiro disco en solitario gravado con Hevi (Malandrómeda, Fluzo). O violín de Cibrán Seixo, as videocreaciones de Sara Traba e os efectos sonoros e visuais completan a proposta ao vivo deste disco, que é tamén un traballo de investigación arredor das músicas, das mulleres que as cantan.

## RECOMENDAMOS

### O QUE ARDE



Este ano, o director Óliver Laxe estreaba na sección "Un Certain Regard" do Festival Internacional de Cinema de Cannes a súa nova película *O que arde*, resultando gañadora do premio do Xurado. É a primeiro filme en galego proxectado na sección oficial, sendo xa a terceira vez que un filme de Laxe participa no concurso do certame francés.

A historia desenvólvese nos Ancares lucenses e conta dúas historias en paralelo: a dun veciño pirómano que sae do cárcere e regresa á vila e a de dous brigadistas que traballan na loita contra os incendios.

## ARREDISTA.GAL

*arredista.gal*

Co gallo do décimo aniversario da revista Arredista, entendemos que dar o salto a internet, é un paso adiante necesario e complementario á actual edición, mantendo o xa tradicional número en papel do Día da Patria. No portal poderás atopar todos os artigos contidos nos 21 números do Arredista e outros artigos publicados en medios dixitais durante estes dez últimos anos. Un arquivo inicial de máis de 200 entradas ordenadas e categorizadas, que irá crecendo con publicacións periódicas de análise de actualidade, entrevistas ou reflexións políticas en profundidade. Boa lectura!



**HIPATIA**  
ACADEMIA DE ESTUDOS

Rúa Ricardo Cubeiro, nº 2 - Baixo  
Santa Cruz (Oleiros)

**newroz**  
döner kebab

especialidade en comida kurda

Locais en Compostela e A Coruña

**LIVRARIA** **SUÉVIA**

RUA VILA DE NEGREIRA, 32. 15011 A CORUNHA  
Tlf. 981907638 / livros.gz@gmail.com

*Cantina*  
**Candela**

Rúa Martín Codax, 12 (Irmandiños) Vigo

**BAR FERRY**

Rúa Chao, 13 · Casco Vello · VIGO  
www.facebook.com/ferryvigo

**Deseño**  
**Web**

*anxosanchez.gal*

23

**16** **O·DEZASEIS**

• Casa de Xantar •

Rúa de San Pedro, 16  
Teléfonos 981 56 48 80 • 981 57 76 33  
15703 Compostela

**REPÚBLICA NACIONAL DO BATALLÓN**

Martin Códax, 17 Baixo - 36201 - Vigo

**BURGER CHIP**

R/ Teófilo Llorente 37 VIGO

[www.librariacouceiro.com](http://www.librariacouceiro.com)

**librería**  
**couceiro**

Praza de Cervantes - Compostela

**A·FOIVE**  
BODEGÓN

Rúa Ramón Montenegro nº2  
LUGO

**MOVIMENTO**  
**GALEGO AO**  
**SOCIALISMO**



*Talvez apagues todas as luzes de minha noite  
Talvez me prives da ternura de minha mãe  
Talvez falsifiques minha história  
Talvez ponhas máscaras para enganar meus amigos  
Talvez levantes muralhas e muralhas ao meu redor  
Talvez me crucifiques um dia diante de espetáculos indignos*

*Mas não me venderei*

*Ó, inimigo do sol  
E até a última pulsação de minhas veias*

*Resistirei*

*Ó, inimigo do sol  
O porto transborda de beleza... e de signos  
Botes e alegrias  
Clamores e manifestações  
Os cantos patrióticos arrebentam as gargantas  
E no horizonte... há velas  
Que desafiam o vento... a tempestade e franqueiam os obstáculos*

*É o regresso de Ulisses  
Do mar das privações  
O regresso do sol... de meu povo exilado  
E para seus olhos  
Ó inimigo do sol  
Juro que não me venderei  
E até a última pulsação de minhas veias*

*Resistirei  
Resistirei  
Resistirei*

**Samih Al-Qassim**